



hiperinflação. A recessão no início do próximo ano, associada à forte aceleração inflacionária dos últimos meses, tenderá a erodir os ganhos salariais proporcionados pelo reajuste que recompôs o "pico" de 1986 para largas categorias de trabalhadores.

Este cenário supõe, também, duas outras coisas. De um lado, que o movimento sindical não terá força para reverter o processo ou gerar uma crise política

questão da dívida continuará sendo de indefinição e incerteza, ainda que o acordo está sendo discutido e assinado, e em termos razoáveis. Mais do que ficará a definir o que o País quer reservar para o capital externo e o que procurará definir a divisão do capital internacional. Quando definida estiver a dívida, tanto, mais incerteza haverá a dívida externa.

mite ao apetite gastador Estado.

Outra questão básica gada a um cenário desse tipo é a possibilidade de imaginar alguma estabilidade para as taxas de inflação.

ção, ainda que em patamares muito elevados, 15 ou 20% ao mês. Economistas hoje no governo, como Francisco Lopes e Yoshiaki Nakano, acham que isso é possível a curto prazo.

é possível e seria decorrência do efeito regulador da desaceleração econômica dos salários reais. Muitos outros economistas, do professor Edmar Bacha Ibrahim Eris, acham que pensar em tal estabilidade é praticamente impossível. Mas todos, mais uma vez, convergem num ponto: se a estabilidade não for possível e a trajetória for de hiperinflação, o governo fará um novo choque. Isso parece a economistas e empresários tão certo quanto o dia sucede à noite. A forma do choque pode variar de um congelamento integral, e por tempo indefinido, a um congelamento temporário, ou mesmo uma indexação total ("otimização") — uma variação da idéia do congelamento.

Também há larguissímo consenso de que ele se torna cada vez mais ineficaz com componentes cada vez mais ortodoxos. A hetero-

mais ortodoxos. A heterodoxia no combate à inflação acabou montando uma armadilha para si próprio. Passada a surpresa do primeiro congelamento, os agentes admitem apostar num novo choque, tão logo os índices de inflação começem a acelerar-se.

## RIGOR NO CHOQUE

Conhecidos os efeitos negativos do congelamento anterior, muitas empresas preferem aumentar exageradamente sua margem de lucro, ainda que à custa da perda de mercado, para posicionar-se melhor quando o novo congelamento vier. Isso acirra o conflito com os salários, acelera a inflação e acaba sendo uma profecia auto-realizável: fim da linha, o governo acabará fazendo um novo choque mesmo que já não creia piamente em sua eficácia.

Como a essência desse desarranjo está colocada nas expectativas, fica clara para todos que é preciso

para todos que é preciso que o novo choque venha acompanhado do maior rigor possível em relação ao déficit público e ao controle monetário, na esperança de que os agentes possam levá-lo mais a sério. Isso

leva-lo mais a serio. Por que, independentemente das convicções dos economistas sobre os efeitos inflacionários ou não do déficit público, os choques t

Outra área em que existe um razoável consenso entre os economistas em relação ao futuro imediato é que a

futuro imediato é que a  
da ficará mais difícil lá  
ra. Há os que acreditam  
numa solução coordenada  
menos traumática, para  
ajuste do déficit comerci

ajuste do déficit comercial e fiscal norte-americano, há os que imaginam uma saída brusca. No primeiro

O ministro Bresser Pe-  
reira costuma argumentar  
que a crise econômica  
atual é a mesma que se ins-  
talou em 1980; a única dife-  
rença é que, pela primeira  
vez em sete anos, as pes-  
soas estão levando a sério  
sua dimensão. Resta saber  
para que direção de solu-  
ção se inclinará a socieda-  
de brasileira.

crença básica é que a combinação entre uma profunda cirurgia no déficit público, acompanhada pela forte redução da presença estatal, poderá conter a inflação, contornar a crise fiscal do setor público e restabelecer a confiança interna e externa.

Por ser um programa econômico compatível com a visão do FMI e dos credores, ele ajudaria a compor uma solução negociada bastante favorável para a dívida externa. Com ela, voltariam os investidores internacionais. Seria uma saída que passaria por um período de ajuste e desaceleração mas seria, para tomar uma expressão do ex-ministro Delfim Netto, uma "recessão útil", e não "inútil" como a atual.

Os que têm memória sabem das dificuldades que os economistas liberais ti-

os economistas liberais tiveram, quando no governo, para fazer cirurgias sobre o déficit público e conhecem as limitações que a solução negociada com os credores impõe. Em todo caso, o desgaste da visão alternativa e a receptividade do apelo antiestatizante podem dar alento e este tipo de sugestão.

Uma outra visão menos ortodoxa mas não socializante acha que o déficit não se resolve com cortes, por maiores que sejam. A única saída para o impasse é alguma desvalorização da dívida externa e/ou interna. Sem isso, não se retoma a confiança, nem os investimentos. Hoje há razoável concordância sobre a necessidade de reduzir a presença do Estado em alguns setores produtivos, na necessidade de modernização do aparelho estatal, mas persiste a idéia que os investimentos públicos continuam sendo um farol im-

nuarão sendo um farol importante para a retomada do crescimento.

Essa visão rejeita como ineficaz e politicamente insustentável o modelo de ajuste da dívida via FMI, que tenta equilibrar a equação externa através de uma compressão duradoura dos salários e do consumo interno.

Uma terceira opção, lar-

gamente conhecida, seria a socialista. Provavelmente contudo, o debate em torno do acerto político acabaria girando em torno, especialmente, das propostas libe-

mente, das propostas liberais e desta outra visão que talvez pudesse ser chamada, a grosso modo, como intervencionista modernizadora. Ambas, a esta altura